



A DINÂMICA DE TERRITORIALIZAÇÃO DO TRÁFICO DE DROGAS COMO UM ELEMENTO PARA SE PENSAR A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL EM ANGRA DOS REIS/RJ¹

Lucas Ferreira Andrade²
Eliane Melara³
William Ribeiro da Silva⁴

RESUMO

Neste texto, buscamos analisar a dinâmica de territorialização do tráfico de drogas como um elemento para compreender o processo de fragmentação socioespacial em Angra dos Reis. Por meio de revisões bibliográficas e documentais, assim como da coleta de dados primários e secundários, elaborou-se uma análise qualitativa, com uso pontual de dados quantitativos, que investiga como a atuação de grupos faccionados contribui para promover e aprofundar um quadro de rupturas relacionais que atingem diferentes estratos sociais, especialmente as camadas socialmente vulneráveis. No contexto da dinâmica territorial imposta pelo tráfico, observam-se alterações nas formas urbanas, além da produção de imaginários sociais que influenciam as práticas espaciais de todo o conjunto da cidade. Para concluir, destacamos que os grupos faccionados emergem, se desenvolvem e se estruturam em um contexto de formação socioespacial historicamente marcado por desigualdades e violências, o qual oferece um terreno fértil para que as facções atuem segundo seus propósitos.

Palavras-chave: Tráfico de drogas; Fragmentação socioespacial; Angra dos Reis-RJ

ABSTRACT

In this text, we seek to analyze the dynamics of drug trafficking territorialization as a key element for understanding the process of socio-spatial fragmentation in Angra dos Reis. Through bibliographic and documentary reviews, as well as the collection of primary and secondary data, a qualitative analysis was carried out, with occasional use of quantitative data, to investigate how the actions of factional groups contribute to promoting and deepening a framework of relational ruptures that affect different social strata, especially the socially vulnerable. Within the territorial dynamics imposed by drug trafficking, changes can be observed in urban forms, as well as the production of social imaginaries that influence the spatial practices of the city as a whole. In conclusion, we highlight that factional groups emerge, develop, and structure themselves within a socio-spatial formation historically marked by inequality and violence, which provides a fertile ground for these groups to act according to their purposes.

Keywords: Drug trafficking; Socio-spatial fragmentation; Angra dos Reis-RJ.

¹ Para a realização desta pesquisa, contamos com o apoio do CNPq (2021/2024) e da CAPES (2025).

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, lfandrade.geo@gmail.com

³ Professora Adjunta do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal Fluminense - UFF, melara_eliane@id.uff.br;

⁴ Professor Titular do Curso de Geografia (Licenciatura e Bacharelado) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, williamribeiro@igeo.ufrj.br;



INTRODUÇÃO

O tráfico de drogas é um fenômeno que se desdobra em múltiplas escalas (do global ao local), envolvendo inúmeras atividades e diferentes tipos de atores sociais (Souza, 2012). No caso do Brasil e, em especial para este estudo, no estado do Rio de Janeiro, esse fenômeno está amplamente associado às facções criminosas, que, por sua vez, oferecem ao tráfico uma base mínima de apoio e de finalidade coletiva, ao mesmo tempo em que mobilizam uma gama de referenciais simbólicos em torno da narrativa de sua existência (Grillo, 2013).

No âmbito local, isto é, do tráfico no varejo, esses referenciais se manifestam, não raramente, na conformação de territórios controlados por indivíduos armados, sob uma lógica em que o consumo ostensivo define as identidades “bem-sucedidas” e em que a posse de armas, assim como a disposição para matar, revelam-se essenciais para que se tenha prestígio e respeito. Nesse cenário propício ao conflito armado localizado, quadrilhas protagonizam confrontos contra rivais e/ou contra a polícia pela manutenção do controle de suas áreas, em sua maioria constituídas em espaços socialmente vulneráveis (Zaluar, 1990; 2014).

Entre os impactos provenientes dessa dinâmica, destaca-se, para os propósitos que aqui nos interessam, sua contribuição para o aprofundamento do processo de fragmentação socioespacial, cujo desdobramento envolve não apenas a ruptura do tecido urbano, mas também a produção de imaginários sociais e a reconfiguração de práticas espaciais, que evidenciam como se dão as relações de sociabilidade na cidade (Sposito, M., 2024).

Ainda que o tráfico não seja o único fator dessa fragmentação, uma vez que esse processo envolve o conjunto da cidade e só pode ser apreendido pelo conjunto de suas relações – realizadas e não realizadas (Sposito, M., 2013) –, observa-se que a dinâmica de territorialização imposta pelas facções criminosas em favelas e outros aglomerados de exclusão (conjuntos habitacionais, bairros pobres etc.) constitui um elemento importante para a compreensão dessa lógica fragmentária em determinados contextos urbanos.

Ao territorializar um determinado espaço, seja de modo mais “ostensivo” (com armas de grosso calibre, barricadas e câmeras, por exemplo) ou na “surdina” (como alguns de nossos entrevistados descreveram as formas “menos aparentes” de controle territorial do tráfico), esses grupos faccionados redefinem formas urbanas e produzem imaginários sociais que incidem diretamente sobre as práticas espaciais dos cidadãos, gerando e/ou reforçando a ruptura das relações de sociabilidade entre diferentes sujeitos e partes da cidade.

Nesses termos, temos como objetivo analisar a dinâmica de territorialização do tráfico de drogas como um elemento para se pensar a fragmentação socioespacial na cidade de Angra



dos Reis, localizada no litoral sul do estado do Rio de Janeiro.

Desde a primeira metade da década de 2010, Angra dos Reis tem experimentado mudanças no que tange às formas de atuação de grupos faccionados em seu espaço urbano, que passaram de uma escalada marcada por intensa ostensividade armada a uma configuração “recente”, na qual ainda se mobiliza uma variedade (ainda que mais amena) de práticas constituídas na cidade durante a última década (confrontos com a polícia, barricadas, “leis” do tráfico etc.), mas em que também se “reativam” práticas anteriores a esse período (isto é, do tráfico na “surdina”, sem que ninguém veja, mas igualmente letal) e se estabelecem outras “novas” atividades (como a imposição de candidatos políticos, a instalação de câmeras e o monopólio das redes de internet e TV a cabo em suas áreas de influência, por exemplo).

Em meio a essa configuração “recente”, o que aqui se pretende demonstrar se encontra na questão de que a dinâmica de territorialização imposta pelo tráfico vem contribuindo para um maior rompimento das relações de sociabilidade em Angra dos Reis, seja entre estratos sociais distintos ou entre as próprias camadas socialmente mais vulneráveis.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada consiste em uma abordagem qualitativa, com o uso pontual de dados quantitativos. Em resumo, foram realizadas revisões bibliográficas e documentais, além da coleta de dados primários e secundários.⁵

Os dados primários foram obtidos por meio de trabalhos de campo que envolveram tanto a observação de 25 bairros territorializados por grupos faccionados em Angra dos Reis⁶ quanto a realização de entrevistas com diferentes atores sociais: a) pessoas relacionadas à segurança pública (3); b) jornalistas locais (1); c) líderes comunitários (3); d) moradores de espaços socialmente vulneráveis (20); e) moradores de espaços residenciais fechados (6)⁷.

Quanto aos dados secundários, estes foram fornecidos pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ), abrangendo o período de 2006 a 2024, e incluem informações sobre apreensões de fuzis, homicídios dolosos, roubos, mortes por intervenção de agentes do Estado e tráfico de drogas em Angra dos Reis.

⁵ A coleta de dados e informações relevantes para este texto vem sendo realizada desde julho de 2021.

⁶ Água Santa; Bracuí; Cantagalo; Camorim; Camorim Pequeno; Caputera I e II; Frade; Itanema; Japuiba; Monsuaba; Parque Mambucaba; Parque Perequê; Serra D'Água; Vila do Abraão; Village; e Morros do Abel, da Carioca, da Cruz, da Fortaleza, da Glória I e II, do Moreno, do Peres e do Santo Antônio. A geolocalização destes e de outros bairros em que há o controle territorial exercido pelo tráfico em Angra dos Reis pode ser consultada em: <https://drive.google.com/drive/folders/131anQuE6Ib3n7QynAyzevbhSs9jvTmK8?usp=sharing>

⁷ Devido ao limite de páginas proposto para a produção deste texto, optou-se por citar diretamente apenas algumas das falas obtidas, enquanto que outras foram consideradas na análise de forma agregada ou indireta.



REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Prévôt-Schapira (2001), o termo fragmentação passou a ganhar destaque em literaturas voltadas ao estudo das cidades, tanto em países do Norte quanto do Sul Global, a partir dos anos 1980, estando associado a componentes espaciais (desconexão física, descontinuidades morfológicas), sociais (retirada comunitária, lógicas exclusivas) e políticos (dispersão de atores e autonomização de dispositivos de gestão e regulação urbana).

Na literatura latino-americana, Prévôt-Schapira e Pineda (2008) destacam que o termo tem sido adotado em três direções principais: i) pelo estudo das políticas públicas e dos novos modos de governança; ii) pela caracterização das transformações econômicas vinculadas à globalização e às novas estratégias de gestão empresarial; e iii) pela análise da relação, por vezes contraditória, entre mudança social e transformações urbanas.

De acordo com E. Sposito e M. Sposito (2020), esses diferentes enfoques conferem à fragmentação um caráter polissêmico e multiescalar, cuja mobilização se dá em diferentes áreas do conhecimento e contextos de análise para descrever processos variados, da escala global à local. Parte dessa amplitude e polissemia, salientam os autores, está associada ao fato de que a fragmentação é constituída por múltiplas dimensões (social, espacial, política, econômica, cultural), o que também justifica sua associação a adjetivos diversos.

Para nós, a fragmentação socioespacial envolve diferentes formas de apropriação e uso do espaço (Sposito, M., 2013), seja do ponto de vista material ou simbólico, apresentando sempre dupla determinação e expressão: espacial e social (Sposito; Góes, 2013). Constituído por movimentos que se articulam dialeticamente, no espaço e no tempo (Legroux, 2021), esse processo revela as práticas espaciais e os imaginários sociais constituídos pelas novas formas de separação na cidade, que se reforçam na medida em que a cidade dispersa, em qualquer escala considerada, é condição de novos conteúdos e práticas (Sposito, E.; Sposito, M., 2020).

Com efeito, observam-se transformações nos tecidos urbanos, nos imaginários sociais e nas práticas espaciais dos agentes que produzem e reproduzem o espaço urbano (Magrini, 2013), indicando rupturas (parciais ou totais) nas relações de sociabilidade entre sujeitos e partes da cidade, sob os planos social, econômico e político (Sposito, M., 2024).

Para situar melhor nosso debate, Salgueiro (1998) identifica a “construção da cidade fragmentada” a partir de uma “nova organização urbana” que, embora se inicie no período pós-guerra, torna-se evidente a partir dos anos 1970, vinculada à passagem do fordismo ao regime flexível. Segundo a autora, essa “nova organização” se destaca pelo surgimento de “novas centralidades” e pela perda de hegemonia do “centro tradicional”, bem como



caracteriza-se pelo aparecimento de áreas destinadas a múltiplos usos, como os “empreendimentos mistos”, que combinam habitação, lazer, comércio, serviços etc.

Ao mesmo tempo, temos a multiplicação de implantações “pontuais” (espaços residenciais fechados, edifícios comerciais, conjuntos habitacionais etc.), dispersas ou inseridas em espaços destinados a outros usos, que se destacam pela visibilidade e contrastam com a organização tradicional em manchas homogêneas. Diante dessa conjuntura, com redes de relações cada vez mais constituídas à distância devido ao avanço tecnológico dos transportes e das comunicações, a solidariedade entre vizinhos tende a diminuir, sendo substituída por interdependências funcionais ou de interesse, nas quais o “diferente” passa a ser considerado “estranho” (Salgueiro, 1998).

Em particular a essa última tendência, embora todas sejam indissociáveis entre si, interessa-nos analisar mais a fundo a dinâmica de territorialização do tráfico de drogas em favelas e outros aglomerados de exclusão (conjuntos habitacionais, bairros pobres etc.) do estado do Rio de Janeiro como elemento interpretativo dessa lógica fragmentária.

Com as presentes proposições, não se trata, porém, de associar criminalidade à pobreza, mas de mostrar que as condições materiais – aliadas às dimensões simbólicas – podem, sob certos contextos culturais e institucionais, funcionar como fator de estímulo à criminalidade, com graves consequências para todo o conjunto da sociedade (Souza, 1998).

Nesse sentido, podemos verificar que distintas motivações podem levar uma pessoa à vida do crime, especialmente quando falamos do envolvimento com o tráfico de drogas (fascínio pela figura do bandido, rivalidades e rixas, influência de amigos, desagregação das redes familiares e comunitárias etc.). Ainda que não seja nosso objetivo isolar uma única variável para a compreensão e análise do fenômeno, uma nos apetece de modo particular: o estímulo ao consumo, exacerbado pelas “possibilidades” de entrada para a sociedade de consumo, no qual as identidades “bem-sucedidas” emergem pelo que se tem (Zaluar, 1990).

Segundo Magrini (2013), as possibilidades diferenciadas de cada sujeito de se integrar, verdadeiramente, na sociedade de consumo refletem segmentações e diferenciações nos cotidianos possíveis de serem efetivados nas cidades, uma vez que as práticas espaciais e as representações sociais que as atravessam são desenvolvidas a partir das condições (sociais, econômicas, culturais etc.) de que os cidadãos dispõem, resultando em diferentes formas de apropriação das cidades que colocam sempre em perspectiva o “Eu” e os “Outros”, os “meus” espaços e os espaços “dos outros”, agravando o processo de fragmentação socioespacial.

No contexto da disseminação do imaginário das cidades inseguras, essas cisões são pautadas na reativação (e na produção) de estigmas que, na vida cotidiana, fazem com que os



pobres e seus espaços sejam considerados não apenas “indesejáveis” e “desagradáveis”, mas também “perigosos” e “temidos”, enquanto a ideia do “nós” e dos “nossos” espaços se enfraquece diante da polarização socioespacial entre ricos e pobres e dos rompimentos relacionais que se instauram dentro destes próprios grupos (Magrini, 2013).

Para Misse (2008, p. 383), não haveria explicação melhor para a corrida armamentista que, desde os anos 1980, levou à concentração de armamentos de guerra em favelas e outros aglomerados de exclusão da cidade do Rio de Janeiro, senão o efeito perverso da sujeição criminal, que criou a desconfiança generalizada de que “bandido bom é bandido morto”. Esse processo, segundo o autor, está associado à identificação de um indivíduo propenso ao crime mesmo antes deste cometer qualquer ato criminoso, deslocando o foco do evento (crime) para o sujeito (potencial criminoso) – em sua maioria, no caso do Brasil, negros e pobres.

Misse (2008, p. 383) destaca que “um viés ‘guerreiro’ incorporou-se às redes de pequenos traficantes, que enfrentam-se entre si e à polícia, demarcando-se por facções sustentadas por sua função como agências de proteção dentro do sistema penitenciário”. Em geral, são jovens que dificilmente se entregam à polícia, optando pelo risco da morte em enfrentamentos armados com agentes do Estado ao se renderem e serem presos. Nesses territórios, operados por traficantes verejistas, constituem-se as bocas de fumo⁸, defendidas por “soldados” fortemente armados com fuzis, pistolas, granadas etc.

Ao analisar a conformação desse “ethos guerreiro”, que se manifesta como resposta à repressão violenta e à necessidade de sobrevivência em um espaço marcado por desigualdades, Zaluar (1990; 2014) salienta que seu desdobramento se encontra atrelado à constituição de um estilo de masculinidade intensificado, uma hipermasculinidade⁹ em que o consumo ostensivo define as identidades “bem-sucedidas”, tornando a posse de dinheiro e de armas, assim como a disposição para matar, essenciais para que se tenha prestígio e respeito.

Nos confrontos entre facções rivais, fica ainda mais claro o entrelaçamento entre a lógica econômica e a cultural dessas “identidades”, já que área invadida é área emasculada, e, do mesmo modo que um homem não pode “levar ofensa para casa”, a área não pode ser “esculachada” ou tomar tiros sem que haja reação (Zaluar, 1990). Essa reação, por sua vez, decorre sob a “impiedade diante do sofrimento do outro, um orgulho em infligir violência ao corpo dos rivais – negros e pobres como eles – agora vistos como inimigos mortais a serem destruídos numa guerra sem fim” (Zaluar, 2014, p. 41, tradução e grifos nossos).

⁸“Bocas de fumo”: pontos de venda de drogas estabelecidos pelo tráfico em seus territórios.

⁹ Ainda que mulheres possam vir a exercer cargos de alto nível hierárquico em certos grupos criminosos, seu respeito só é conquistado, em muitos casos, a partir da apropriação de características e comportamentos masculinos, como a violência e a submissão de outras mulheres (Barcinski; Cúnico, 2016).



Fruto da ordem capitalista excludente e criadora de pobreza, assim como da desordem que se evidencia com o esgotamento do modelo de desenvolvimento vigente no Brasil até os anos 1980 – inserido no contexto de transição do fordismo ao regime flexível, fortemente marcado pelo neoliberalismo –, a territorialização de espaços socialmente vulneráveis na cidade do Rio de Janeiro por traficantes fortemente armados, se constitui como um símbolo da expansão da criminalidade estruturada no país (Souza, 1995), seja na metrópole ou no interior do estado fluminense (Novellino; Oliveira, 2017), seja em cidades de pequeno, médio e grande porte de outros estados brasileiros (Rodrigues; Feltran; Zambon, 2023).

Entre a ordem e a desordem (Souza, 1995), a dinâmica territorial desses grupos se configura por meio do vínculo a uma facção, na qual seus integrantes se organizam em hierarquias locais (Grillo, 2013), cujos laços, estabelecidos nas ruas e nas prisões (Silva; Menezes, 2019), os favorecem em situações de oposição aos seus “outros” (Hirata; Grillo, 2017), constituindo redes de proteção mútua (Misse, 2006) por meio de múltiplos atores e atividades (tráfico de armas, roubos etc.), em diferentes escalas de abrangência (Souza, 2012).

Nos espaços fechados ou nos bairros “comuns”, onde se evidenciam muros, câmeras e vigilantes armados que dão forma às representações das cidades inseguras, observa-se que os impactos do tráfico produzem e reforçam imaginários e práticas socioespaciais voltados à garantia de proteção contra o “crime” e à exclusão dos “indesejáveis” em diferentes esferas da vida social (Magrini, 2013), ao mesmo tempo em que também alimentam percepções que, em última instância, naturalizam a execução dos ditos “perigosos” (Misse, 2008).

Nos territórios das “firmas”¹⁰, onde se estabelece a venda de drogas no varejo, sob o uso da violência e de armamentos bélicos, vigoram regras de conduta (como não “caguetar”, não roubar etc.) e de circulação (por exemplo, acender as luzes internas do veículo, abaixar os vidros e os faróis), que variam conforme as formas de atuação de cada grupo faccionado naquele determinado período. Entre os impactos daí decorrentes, destacam-se, por exemplo, as rupturas relacionais entre moradores de áreas controladas por grupos rivais, uma vez que ambos temem manter contato com o “outro” e circular nos espaços “dos outros”, em razão da possibilidade de serem taxados como informantes ou membros de alguma facção criminosa.

Na próxima seção, será analisado como esse modo de gestão territorial do tráfico emerge e aprofunda o processo de fragmentação socioespacial na cidade de Angra dos Reis, cujos rompimentos relacionais não se estabelecem apenas entre estratos sociais distintos, mas igualmente entre os ditos “indesejáveis”, “perigosos” e/ou “passíveis” de serem assassinados.

¹⁰ “Firma”: nome dado à organização local do tráfico de drogas no estado do Rio de Janeiro.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em entrevista a um *podcast*, o Comandante da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) destacou, ao discorrer sobre as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que, embora o projeto esteja sendo reformulado¹¹, algumas unidades teriam obtido resultados positivos, como no caso de Angra dos Reis. Segundo o Comandante:

Angra dos Reis é um *case* de muito sucesso! Angra dos Reis passou por momentos muito difíceis: uma concentração de marginais que foram para uma região... E aí preciso dizer, Angra dos Reis é o maior polo náutico do Brasil! Imagina, Angra dos Reis, do jeito que estava, com vários elementos de fuzis, armados em comunidades, uma guerra... A gente instalou as UPPs lá na região e hoje não se... notícia zero! (Comandante Geral da PMERJ em entrevista ao *podcast* Papo Reto, 30 jun. 2025)¹².

Para além da instalação e do funcionamento das UPPs na cidade, essa narrativa nos é pertinente na medida em que se relaciona ao abrupto aumento de índices criminais associados à atuação de grupos faccionados em Angra dos Reis (apreensão de armas, homicídio, roubo, entre outros) durante a primeira metade da década de 2010, com grande destaque para os anos de 2018 e 2019. Entre 2007 e 2024, por exemplo, somente em 2018 e 2019 concentraram-se 41,3% do total de fuzis apreendidos na cidade, enquanto 35,87% dessas apreensões foram registradas entre 2020 e 2024, e os outros 22,83% de 2006 a 2017 (ISP-RJ, 2025).

Com efeito, é nesse período que a dinâmica de territorialização do tráfico adquire outros contornos na cidade, nos quais o uso ostensivo de armas de grosso calibre passou a compor o cotidiano de espaços socialmente vulneráveis, à medida que grupos passaram cada vez mais a se vincular a uma facção criminosa – seja ela o Comando Vermelho (CV) ou o Terceiro Comando Puro (TCP) – e a estreitar os laços com membros do mesmo coletivo que atuam em outros territórios, sobretudo na metrópole do Rio de Janeiro (Andrade, 2025).

Ainda que esses laços não sejam recentes (Diário do Gande ABC, 1999), o que se evidencia é uma intensificação dessas conexões desde a última década, num movimento mútuo de “envio” e “recebimento” de drogas, armas e “soldados” para a manutenção ou expansão de seus territórios (Andrade, 2025).

Diante desse cenário, o ex-Delegado da Polícia Civil de Angra dos Reis¹³ nos relatou que diversas medidas passaram a ser adotadas pelo Estado a partir de 2018, especialmente após a inserção do município no projeto de intervenção federal que ocorrera na segurança

¹¹ Iniciado em dezembro de 2008, o projeto das UPPs vem passando há quase uma década por uma sequência de reformulações, principalmente em função da falta de investimento. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, apenas 16 das 38 unidades permanecem em funcionamento no período atual.

¹² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jRDFPWrlfwk>

¹³ Entrevista realizada em agosto de 2021.



pública do estado do Rio de Janeiro naquele ano. Para ele, esse projeto proporcionou maior integração entre as forças de segurança e a implantação de unidades policiais em pontos estratégicos, como as próprias UPPs instaladas nos bairros Camorim, Parque Belém e Frade.

Seguindo essa linha, em entrevista com o Delegado da Polícia Federal de Angra dos Reis¹⁴ também foi atribuída grande importância à morte de criminosos em confronto com a polícia como um fator decisivo para a redução dos índices criminais na cidade (especialmente homicídios e roubos), cujo declínio seria evidenciado a partir do final de 2019.

A narrativa mencionada acima também pôde ser verificada em grande parte de nossas entrevistas com moradores de espaços socialmente vulneráveis. No entanto, o que nos chamou a atenção foi que algumas falas não descreveram mortes em situação de confronto, mas crimes cometidos por policiais, como casos de tortura e execução sumária. Além disso, muitas mortes foram atribuídas à atuação de grupos de extermínio, cujas ações, segundo os relatos, ocorreriam a mando de políticos e grandes empresários de Angra dos Reis.

De todo modo, temos observado que são as operações policiais em localidades controladas pelo tráfico – em sua maioria favelas e outros aglomerados de exclusão – o principal método de regulação da criminalidade na cidade e, por conseguinte, de suas relações de produção, visto que são essas ações que garantem, na verdade, o “*case* de muito sucesso” no “maior polo náutico do Brasil”, conforme destacado pelo Comandante da PMERJ.

Enquanto método de regulação do “crime”, essas operações buscam tanto retaliar os grupos faccionados por homicídios ou roubos ocorridos em determinada área quanto “medir a capacidade de resistência dos traficantes e impor a necessidade de negociação” (Hirata; Grillo, 2017, p. 90). Afinal, como nos relatou um morador do Morro da Glória I: “Eu cansei de ver a polícia negociando com vagabundos, eles [o tráfico] têm o aval” (ago./2024).

Essa negociação, porém, não elimina a possibilidade de confrontos entre a polícia e o tráfico¹⁵, assim como temos aferido em relação à redução dos homicídios e roubos: em Angra dos Reis, esses tipos de delitos atingiram, em 2024, os menores índices desde 2006 (17 homicídios e 78 roubos), enquanto as mortes por intervenção de agente do Estado – amplamente associadas aos confrontos entre policiais e traficantes – configuram um quadro inverso, com as maiores taxas registradas em 2023 (71) e 2022 (51) (ISP-RJ, 2025)¹⁶.

Em meio à “notícia zero!”, portanto, o que vemos é a continuidade de uma política de

¹⁴ Entrevista realizada em dezembro de 2021.

¹⁵ Segundo uma entrevistada bem informada, as “firmas” do CV realizam o pagamento semanal de 10% dos lucros de cada boca de fumo a policiais corruptos. Esse pagamento, no entanto, não “livraria” essas áreas de incursões policiais baseadas em investigações, mandados de prisão ou em casos de não aceitação do “arrego”.

¹⁶ Em 2023, Angra dos Reis ocupou a segunda posição entre os municípios brasileiros com a maior taxa de mortes por intervenção de agente do Estado a cada 100 mil/hab. (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).



segurança pública baseada no policiamento ostensivo e na lógica do confronto e da guerra (Ciconello, 2019), impulsionada pela intervenção federal ocorrida no município¹⁷, de um lado; e o chamado modelo de “policiamento de proximidade” (Silva; Menezes, 2019), no qual a vigilância decorre a partir das unidades policiais edificadas em pontos estratégicos da cidade, sobretudo no que se refere às UPPs, do outro.

Esses modos de intervenção policial, convém ressaltar, condicionam diretamente as formas de atuação dos grupos faccionados (Hirata; Grillo, 2017). Em Angra dos Reis, temos observado uma ampla redução no uso ostensivo de armas de grosso calibre e de outros mecanismos de guerrilha urbana por parte do tráfico, em comparação ao período que antecede o ano de 2020. Isso sem mencionar os baixos índices de confronto entre facções rivais e do aparente “fim” dos roubos com o uso de fuzis, explosivos e rotas de fuga pelo mar – tal como destacou o Delegado da Polícia Federal de Angra dos Reis.

Não obstante, isso não significa que essas formas de atuação exercidas pelo tráfico foram “extintas”, que o controle territorial de grupos faccionados tenha acabado ou, muito menos, que as ocorrências relacionadas à comercialização ilegal de entorpecentes tenham sido reduzidas: de 2006 a 2012, segundo dados do ISP-RJ (2025), as detenções por tráfico de drogas em Angra nunca haviam chegado a 150 registros, enquanto, desde 2013, mantêm-se acima de 170, sendo apenas 2013 (181) e 2022 (177) com menos de 200 delitos.

Muito além dos números, o que aqui se busca destacar é que, na medida em que o tráfico vem se redefinindo diante da série de medidas adotadas pelo Estado contra suas formas de atuação, emerge uma configuração “recente”, por assim dizer, que mobiliza (ainda que de forma mais amena) uma certa gama de práticas criminais constituídas na cidade a partir da última década, ao passo que também se “reativam” formas de atuação anteriores a esse período e se constituem “novas” atividades criminais. Em campo, isso pôde ser evidenciado por meio de dois contextos indissociáveis: i) a localidade e o período analisado (horário, dia, semana, mês ou ano); ii) qual a facção e qual a “firma” atuante sobre o território.

Não se pretende, neste texto, adentrar aos pormenores de ambos os contextos extraídos em campo para a compreensão do fenômeno. No entanto, algumas ponderações se fazem necessárias para que possamos analisar como essa “recente” configuração do tráfico vem contribuindo para o aprofundamento do processo de fragmentação socioespacial na cidade.

Nesse sentido, os registros de mortes por intervenção de agentes do Estado analisados anteriormente nos permitem entrever a permanência de um *modus operandi* baseado no

¹⁷ Entre 2006 e 2024, dos 420 registros de morte por intervenção policial, 326 concentram-se a partir de 2018, o que representa cerca de 77,62% registros de toda a série analisada (ISP-RJ, 2025).



confronto direto com as forças policiais – embora diversos moradores tenham relatado que, por vezes, seria a própria polícia quem chega atirandomanda . Além disso, é possível notar que o tráfico segue implementando, em determinadas localidades, mesas e tendas para a venda de drogas (A Cidade, 2025), além de barricadas (A Cidade, 2024c) (Figura 1) e do uso de armamentos “à luz do dia”. De acordo com uma moradora da Sapinhatuba III:

“[...] no meu bairro, quer dizer, na maioria dos bairros, [...] é totalmente na luz do dia. Na minha rua, inclusive, aconteceu de estar dentro do meu quintal: minha mãe tem uma casa em um quintal imenso [...], e minha mãe tem muitas árvores, a plantação dela é muito grande, e eles estavam lá dentro. Tipo, eles dominaram o meu quintal, a gente teve que bater um pouquinho de cabeça, correr o risco de bater cabeça com eles pra poder resolver. Eles saíram do meu quintal, mas em frente à minha rua... Tipo, eu não moro no alto, eu acho que moro a uns 20 metros do ponto de ônibus [que fica na entrada da comunidade], que é muito baixo, é uma área muito baixa, mas lá é totalmente na luz do dia e sem muito pudor, é arma pra tudo quanto é lugar e é isso aí... na [Sapinhatuba] “2” não é muito diferente (fev./2023).

Ao mencionar a Sapinhatuba II, bairro vizinho à Sapinhatuba III e controlado por uma facção rival, a entrevistada situa sua fala destacando que ambas as localidades estavam sendo, à época da entrevista, palcos de confrontos entre facções rivais. Cerca de pouco mais de um ano após essa entrevista, um morador da Sapinhatuba II descreveu que as formas de atuação do tráfico em seu bairro vinham sendo alteradas devido às ações policiais:

Assim que eu fui me mudar [no início de 2022] pra lá, [o tráfico] era num local específico, com tenda, com mesinha, com balança, tipo estruturado. Foi passando um tempo, começaram a ter algumas operações mais pesadas, o pessoal ser assassinado e tudo mais. E aí eles começaram a diminuir, a ficar mais escondido, a ficar numa laje, assim, em cima de um negócio. Aí não era mais mesa, era uma mochila, mas assim, sempre armados (jun./2024, grifo nosso).

Embora essas “operações mais pesadas” venham ocorrendo na cidade desde 2018, as ações acima descritas estão diretamente atreladas à contenção das tentativas de invasão que se iniciaram na Sapinhatuba II em direção à Sapinhatuba III, resultando em ações mais incisivas da polícia em ambos os bairros. Em 2023, ano dessas tentativas de invasão, a Sapinhatuba III registrou o maior número de mortes por intervenção policial na cidade (13), enquanto a Sapinhatuba II, junto com a Sapinhatuba I – bairro vizinho e pertencente à mesma facção (TCP) –, ocuparam a terceira posição entre os bairros com a maior quantidade desse tipo de ocorrência, apresentando 7 registros em cada bairro (ISP-RJ, 2025).

Na segunda posição, cabe ressaltar, ficou o bairro Lambicada, com 10 mortes por intervenção policial (ISP-RJ, 2025), sendo essas ações relacionadas à repressão da invasão concretizada pelo TCP no bairro em novembro de 2022, que resultou na morte de oito rivais do CV e na “tomada” de nove fuzis e quatro pistolas de seus desafetos (A Cidade 2022).

Buscando escapar das repressões policiais, observa-se que as invasões ao território

vêm sendo substituídas por ataques direcionados ao “indivíduo”. Como exemplo, um dos episódios mais recentes ocorreu quando traficantes do Frade (CV) foram até o Parque Mambucaba (TCP) somente para executar um de seus rivais (A Cidade, 2024d), sem que isso implicasse diretamente, ao menos naquele momento, na tomada do território.



Figura 1 – (i) Operação policial no Morro do Santo Antônio, abr./2025; (ii) Retirada de barricadas nas “Casinhas” do Bracuí, mai./2025. Fonte: A Cidade (2025). Adaptado pelos autores.

Esses “baques”, como são conhecidos, configuram, em nosso caso, uma espécie de “reativação” de modos de agir anteriores à última década, conforme relatou um morador do Bracuí¹⁸, residente na cidade desde 2002. Em algumas entrevistas, esses modos de atuação puderam ser percebidos na medida em que os entrevistados relataram que, em seus bairros, o tráfico tem se estabelecido na “surdina”, como ilustram os depoimentos a seguir:

“[No Areal] É bem na ‘surdina’. Tipo assim, olha, para quem não é muito ligado, na surdina. Mas quem já conhece o bairro, conhece as pessoas do bairro, sabe exatamente onde está acontecendo” (Moradora do Areal, nov./2024).

“O tráfico ainda existe, a gente sabe que não acabou, mas é uma coisa mais na ‘surdina’. Parece que eles respeitam mais, entendeu?! Não tem mais bancada [de droga] na rua” (Morador do Frade, jan./2025).

Seja por meio de modos ostensivos de agir ou na “surdina”, o tráfico permanece igualmente letal, além de incorporar outras “novas” atividades à sua dinâmica. Nos últimos anos, noticiários policiais têm registrado a imposição de candidatos municipais a moradores em áreas sob a influência do tráfico (A Cidade, 2024b), a instalação de câmeras para monitorar tanto rivais quanto a polícia (Diário do Vale, 2025) e o recebimento de treinamentos de guerra por parte de aliados na capital fluminense (Extra, 2023), em paralelo ao reforço dos conflitos entre facções em outros municípios do estado (A Cidade, 2024a).

¹⁸ Entrevista realizada em janeiro de 2025.



Nesse contexto, no qual o tráfico, a partir de sua dinâmica territorial, provoca alterações (materiais e/ou simbólicas) nas formas urbanas – ao passo que uma praça se torna o local de uma boca de fumo ou que as esquinas se transformam em pontos estratégicos para o monitoramento e a defesa armada do território, por exemplo – temos observado, por meio de nossas entrevistas, a produção de imaginários sociais e a reconfiguração de práticas espaciais que evidenciam, em parte, como se dão (ou não) as relações de sociabilidade na cidade.

Ao olhar para o lado “de dentro” dos territórios das firmas, um relato concedido por um ex-líder comunitário da Lambicada nos é revelador, na medida em que enfatiza a presença do tráfico como um fator que desestimula os moradores a participarem de reuniões e projetos comunitários, bem como a interagirem nos poucos espaços públicos existentes nessas localidades (em sua maioria, “parquinhos” para crianças e campos/quadras poliesportivas), promovendo uma desagregação social que dificulta a mobilização para melhorias no bairro. Além disso, ele aponta que o tráfico é usado como justificativa pelo poder público para não realizar obras ou intervenções na comunidade, alegando inviabilidade devido aos confrontos.

Estendendo-se ao lado “de fora” desses territórios, observa-se que, entre aqueles controlados por grupos rivais, dificilmente uma pessoa que reside em uma localidade dominada pelo CV frequenta ou transita em outras sob o domínio do TCP, e vice-versa. Esse rompimento relacional, vale destacar, não ocorre apenas entre aqueles que possuem algum tipo de vínculo ou atuam diretamente no “mundo do crime”, mas também entre aqueles que não têm nenhuma ligação com os grupos faccionados que atuam na cidade.

Para o morador da Sapinhatuba II (jun./2024), uma possível situação de violência e/ou opressão pode vir a ocorrer até mesmo por “coisas mais simples”, como “o corte de cabelo”, uma vez que cada facção adotaria determinado tipo de corte.

Durante a entrevista realizada com o morador anteriormente citado do bairro Bracuí, uma de suas falas também contemplou as circunstâncias supracitadas ao perguntarmos a ele sobre as relações de sociabilidade estabelecidas ou não em seu bairro:

De fora [leia-se de outra facção] não vai, não. Ninguém faz isso, é pedir pra morrer. Porque os caras raramente... eles já têm uma cultura deles. Você conhece só pelo jeito de andar, de vestir e de olhar... Então: “Tu é da onde, irmão? Ahh, tu tá moscando aqui, né, cumpade?” Não sai, não! Tem uma menina aí, cujo primo sumiu, o primo dela sumiu ontem lá na Japuiba... Aí mandaram um recado que não pode nem enterrar, que sumiram com o corpo. Foi aqui na Japuiba... [Entrevistador: Ele era de um lugar de outra facção?] Não sei o que aconteceu, não. Tem coisa que é melhor nem saber. É porque, muitas vezes, o cara não é nem de facção diferente; o cara apronta uma moda ali dentro da própria facção deles, aí os caras... Porque às vezes o cara dá perdido na droga ou faz uma parada que não é pra fazer, daí os caras cobram. A lei lá não tem hora, não; na hora que pegar é essa mesmo. [Entrevistador: Mas você acha que pessoas que não têm relação com o tráfico ou com o uso de drogas também se sentem impedidas de ir a bairro de outra facção?] De certa forma,



sim. Porque, igual no caso dessas empresas que fazem obra na cidade, quando levam gente de fora pra lá, já avisam: “Olha, não fala que você é do Belém, não, hein!” Daí tem pessoas que são do Belém e dizem: “Sou da Japuiba”, porque, se falar que é do Belém, vai ficar aqui mesmo. É a realidade, cara! Imagina, você trabalhando, o cara pergunta: “Você mora onde?” Aí você fala tal lugar e ele responde: “Ó, eu vou te matar!” Você não tem envolvimento nenhum com o tráfico, mas, por morar no local, os caras acham que todo mundo... Entendeu? (jan./2025).

Tendo em vista que esse processo se perdura há pelo menos uma década, pôde ser observado, na situação dos entrevistados com menos de 20 anos, que essas pessoas nem ao menos conhecem bairros vizinhos ou próximos controlados por uma facção rival àquela que domina o seu bairro. Como apontou a moradora do Areal, nascida em 2005, ela nunca teria entrado no Parque Belém, tendo ido apenas à entrada do bairro uma vez, para encontrar uma amiga: “Porque, tipo assim, eu sei que eu não sou envolvida, mas uma pessoa, sei lá, me viu no Areal, aí tá me vendo no Belém, vai falar que eu tô de leva e traz” (abr./2024).

Sobre essas rupturas “extra-locais”, é importante destacar que elas não se limitam aos territórios controlados por facções rivais. Observou-se que muitos entrevistados também consideram bairros dominados pela mesma facção de sua própria localidade de residência como lugares perigosos, evitando frequentá-los por receio de confrontos entre o tráfico e a polícia, tiroteios entre grupos rivais ou outras situações de violência.

Para além das questões até aqui evidenciadas, nota-se que os impactos decorrentes da dinâmica de territorialização do tráfico perpassam os territórios controlados pelas firmas, estendendo-se às relações das populações residentes nesses espaços com o conjunto da cidade, como na busca por oportunidades de trabalho. De acordo com a moradora da Sapinhatuba III:

[...] é super difícil alguém de lá [da Sapinhatuba III] conseguir trabalho. Existe esse ‘preconceito territorial’. Assim, é um funcionário que você não sabe se vai conseguir sair de casa para poder trabalhar e o pessoal tem um pouquinho de preconceito. Eu falo que quando eu coloco o endereço da minha prima no centro, meus currículos são mais chamados para entrevista. Quando eu coloquei o da Banqueta, botei o endereço da Banqueta, eu fiz 5 entrevistas, quando eu voltei pra Sapinhatuba [III] e botei o endereço de lá morreu, tipo, nada! (fev./2023).

Em larga medida, esse depoimento nos mostra como toda a vida social dessas populações é afetada pelas formas de atuação dos grupos faccionados, haja vista que é por meio do trabalho, conforme salienta Antunes (2009), que se pode escolher entre múltiplas ou distintas alternativas relacionadas à satisfação das necessidades humanas e sociais.

Sobre o dito “preconceito territorial” – que se manifesta junto a outros estigmas de cunho racista, de classe, de gênero, entre outros –, acrescenta-se que tal concepção também abrange o distanciamento relacional entre estratos sociais distintos, aprofundando uma tendência característica de uma cidade em fragmentação, como vimos na seção anterior.



Segundo Melara e Andrade (2025), a separação entre ricos e pobres se revela, em Angra dos Reis, tanto do "lado de dentro" dos espaços residenciais fechados, "onde os menos favorecidos trabalham para a manutenção dos privilégios das classes mais abastadas" (p. 181), quanto do "lado de fora dos muros", visto que a maioria dos habitantes se encontra em condições subalternizadas, enquanto grande parte dos proprietários e frequentadores dos empreendimentos fechados nem ao menos conhece o "centro tradicional" da cidade.

Nas entrevistas com moradores de espaços residenciais fechados, verificamos que esse distanciamento é acompanhado de uma percepção limitada sobre a violência urbana na cidade, a qual não decorre apenas do privilégio econômico ou da autoexclusão das classes mais abastadas. Políticas de segurança pública voltadas à manutenção da imagem de Angra dos Reis como "maior polo náutico do Brasil" estruturam-se de modo a minimizar os impactos da criminalidade sobre áreas de interesse turístico-imobiliário. Assim, a violência parece distante, invisível ou até inexistente para os moradores desses empreendimentos, sendo frequentemente associada apenas às favelas e outros aglomerados de exclusão.

Em diálogo com essas observações, o síndico do complexo imobiliário Porto Bracuhy¹⁹ nos relatou, ao comentar sobre o quadro de violência enfrentado pela cidade em meados de 2019, que os moradores deste complexo imobiliário não foram diretamente afetados pelas circunstâncias ocorridas à época, mas que os trabalhadores residentes nas comunidades sim, muitos dos quais tiveram suas casas invadidas pelo tráfico.

De maneira similar, uma moradora do complexo Porto Frade associou sua percepção de segurança ao fato de residir dentro de um "condomínio", restringindo suas atividades de consumo e lazer aos espaços internos do empreendimento (campos de golfe, centro comercial, passeios de lancha)²⁰, reforçando a separação entre os "dentro" e os de "fora" dos muros.

Para a moradora referida acima, bairros como Areal e Parque Belém seriam os mais perigosos devido ao "alto risco" de assaltos. No entanto, é curioso notar que, no ano deste depoimento (2021), o bairro Areal registrou mais mortes por intervenção policial (7) do que casos de roubo (5), segundo dados divulgados pelo ISP-RJ (2025) e, em relação ao Parque Belém, uma jornalista local destacou que o bairro se sobressaía não por crimes contra o patrimônio, mas pela quantidade de drogas apreendidas.

Esses relatos tornam explícitos, de um lado, uma certa naturalização das mortes daqueles ditos "perigosos", sendo algo que nem ao menos fora comentado tanto pela moradora do Porto Frade quanto por outros moradores de espaços residenciais fechados; e, de

¹⁹ Entrevista realizada em julho de 2021.

²⁰ Entrevista realizada em outubro de 2021.



outro lado, a percepção da violência, embora presente no imaginário e na percepção social desses moradores, permanece associada às localidades mais pobres e territorializadas pelo tráfico, mesmo que o consumo de drogas nesses espaços tenha sido bastante relatado em diferentes entrevistas, com destaque para a fala da jornalista referida no parágrafo anterior:

Não é à toa que, no Frade, em um local em que eu estava, tinha um pessoal [do tráfico] conversando e disseram que o que alimenta o tráfico [...] são as próprios frequentadores dos condomínios e dos hotéis do Porto Frade. Não são as classes 'baixas' que geram o verdadeiro lucro para o tráfico, mas as elites. É por isso que tem muito tiroteio, muito tráfico, ninguém quer perder esse lucro (nov./2021).

De modo contraditório, é o próprio padrão de vida das classes mais abastadas e o estímulo em excesso ao consumo que, em grande proporção, contribui para que indivíduos socialmente e economicamente menos favorecidos se envolvam com a vida do crime, sendo estes motivados pela possibilidade de acesso à “sociedade de consumo” (Magrini, 2013).

Em nossas entrevistas com agentes ligados à segurança pública, isso pôde ser observado a partir das descrições sobre o perfil daqueles que ingressam no tráfico: geralmente, pessoas com baixa escolaridade, estrutura familiar fragilizada e sem ocupação lícita. Nessa direção, o Delegado da Polícia Federal de Angra dos Reis apontou que o “padrão de vida” das classes mais abastadas da cidade – com imóveis de luxo e passeios náuticos – poderia ser considerado um fator estimulante para que certas pessoas ingressassem no mundo do crime, especialmente quando o salário obtido em um emprego formal não fosse suficiente.

Decerto, nas entrevistas com moradores de espaços vulneráveis, também foi possível aferir o fascínio que o tráfico exerce mesmo sobre aqueles que tiveram acesso à educação, à moradia, a viagens etc. Esse aspecto ficou evidente, por exemplo, na fala de uma moradora do Parque Belém (jan./2025) acerca da trajetória de vida do gerente do tráfico em seu bairro.

Conforme verificado, a construção dessas “novas” identidades não se restringe a uma esfera estritamente econômica, mas a envolve em uma busca por prestígio e respeito, sob a conformação de uma “nova organização urbana” (Salgueiro, 1998) que, como vimos na seção anterior, reflete e condiciona o processo de formação desses sujeitos com base naquilo que “se tem”, tornando a pobreza ainda mais humilhante (Zaluar, 1990).

Se não é associado ao cidadão o mínimo de dignidade, entende-se que este “poderá ser tratado em dissonância aos parâmetros legais que lhe conferem direitos” (Garau; Costa, 2020, p. 90), o que acaba por reforçar a importância da posse de uma arma e da disposição para matar no processo de construção dos sujeitos envolvidos com o tráfico, em defesa do território e da própria vida, já que nenhum “esculacho” pode ser aceito sem reação (Zaluar, 1990).

Assim, observamos que a dinâmica de territorialização imposta pelo tráfico se



apresenta como um elemento importante para a compreensão do processo de fragmentação socioespacial em Angra dos Reis, tanto do ponto de vista material quanto simbólico, dadas as formas de atuação estabelecidas por grupos faccionados a partir de seus territórios – majoritariamente constituídos em espaços socialmente vulneráveis –, as quais dificultam e promovem a alteração das práticas espaciais dos moradores dessas localidades, construindo, em paralelo à atuação da mídia e da polícia, um imaginário de violência, medo e insegurança que recai sobre esses espaços e, assim, favorecendo a ideia de criminalização da pobreza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto, procuramos enfatizar que as formas de atuação do tráfico de drogas em Angra dos Reis vêm passando por mudanças desde a primeira metade da última década (2010), chegando ao que aqui denominamos como uma configuração “recente” adotada pelos grupos faccionados em relação à sua dinâmica de territorialização.

Mediante essa configuração, verificamos um quadro de aprofundamento do processo de fragmentação socioespacial na cidade, haja vista as rupturas relacionais que não apenas se estabelecem entre diferentes estratos sociais, mas também entre as camadas socialmente vulneráveis. Assim, buscou-se demonstrar como a dinâmica territorial protagonizada por grupos faccionados tem promovido transformações nas formas urbanas e produzido imaginários sociais que influenciam as práticas espaciais de todo o conjunto da cidade.

Frente a esse contexto, cujo debate não se encerra com este trabalho, interessam-nos alguns breves comentários finais acerca do que estaria por “trás” dessa dinâmica territorial aqui estudada, a fim de que outras formulações futuras possam vir a ser pensadas.

É evidente, sabemos, que as UPPs instaladas na capital fluminense aceleraram a expansão das redes do tráfico no estado (Novellino; Oliveira, 2017), assim como também se sabe que os atributos de atratividade de Angra dos Reis para criminosos desterritorializados de outros espaços contribuíram para esse movimento em direção à cidade (Andrade, 2025)²¹.

Não obstante, é, sobretudo e antes de mais nada, sob um contexto de formação socioespacial historicamente marcado por desigualdades e violências estruturais, que os grupos faccionados e suas formas de atuação emergem, desenvolvem-se e se moldam para a garantia de seus propósitos ideológicos, simbólicos e econômicos (Andrade, 2025).

²¹ a) proximidade com a metrópole do Rio de Janeiro; b) aspectos morfológico, com muitos morros e uma extensa área de mata, que facilitam a atuação de criminosos; c) mercado consumidor em potencial, formado por pessoas de classe média e alta que residem na cidade ou a frequentam devido ao forte apelo ao turismo; d) baixo policiamento na cidade quando comparado com a metrópole (Andrade, 2025).



Por um lado, essa reflexão reforça a atenção ao período “recente”, especialmente no contexto da narrativa de defesa do “maior polo náutico do Brasil”. Embora essa titulação não seja um consenso nacional, é sob essa égide que se justificam inúmeras ações policiais que resultam numa alta taxa de letalidade de civis. Em 2023, por exemplo, 63,39% das mortes intencionais na cidade foram provocadas por policiais em serviço, sendo 73,2% dessas vítimas negras (pretas e pardas), 12,7% brancas e 14,1% sem informação (ISP-RJ, 2025).

Por outro lado, tal concepção ressalta a importância de analisar o tráfico como elemento constituinte de uma lógica fragmentária que, em essência, é produzida em favor do acúmulo de capital – por espoliação ou reprodução expandida (Harvey, 2003) – por parte da elite local e de investidores externos à cidade, em articulação direta com o Estado (Melara; Andrade, 2024). É compreender, portanto, que a dinâmica territorial do tráfico é apenas uma parte, condicionada e condicionante, de um processo muito mais amplo das lutas de classes.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. F. **A expansão territorial das redes do tráfico de drogas no estado do Rio de Janeiro: o caso de Angra dos Reis**. 96 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Angra dos Reis, 2025.

ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2 ed., São Paulo: Boitempo, 2009.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, v. 18, 2024.

BARCINSKI, M.; CÚNICO, S. D.. Mulheres no tráfico de drogas: retratos da vitimização e do protagonismo feminino. **Civitas**, Rio Grande do Sul, v. 16, n. 1, p. 59-70, jan.-mar. 2016.

BARRICADAS são retiradas nas Casinhas do Bracuí. **A Cidade**, Angra dos Reis, 17 mai. 2024c. Disponível em: <https://acidadecostaverde.com.br/2024/05/barricadas-sao-retiradas-nas-casinhas-do-bracui/>. Acesso em: 30 nov. 2024.

CICONELLO, A. **A política de segurança pública do Rio de Janeiro é ineficiente e financeiramente insustentável**. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança, 2019.

GARAU, M. G. R.; COSTA, P. A. B. de O. “É posse para uso ou é tráfico”? Um estudo sobre os critérios utilizados pelos policiais no registro da ocorrência nos crimes da Lei 11.343/06. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 7, n.1, jan./abr. 2020.

GRILLO, C. C. **Coisas da vida do crime: tráfico e roubo em favelas cariocas**. 280 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.



HIRATA, D.; GRILLO, C. C. Sintonia e amizade entre patrões e donos de morro: perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Tempo Social**, v. 29, n. 2, p. 75-97, 2017.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO. **Dados abertos (2006-2024)**. Rio de Janeiro: ISP-RJ, 2025.

LEGROUX, J. A lógica urbana fragmentária: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial. *Caminhos da Geografia*, v. 22, n. 81, p. 235-248, jun. 2021.

MAGRINI, M. A. de O. **Vidas em enclaves**. Imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos. 488 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

MELARA, E.; ANDRADE, L. F. Do lado de dentro dos muros: uma análise dos espaços residenciais fechados e controlados de Angra dos Reis/RJ. **Revista Cidades**, v. 14, n. 26, p. 153-184, 2024.

MISSE, M.. **Crime e violência no Brasil Contemporâneo**: Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

MISSE, M.. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas**, Rio Grande do Sul, v. 8, n. 3, p. 371-385, set.-dez. 2008.

MP vai investigar ligação entre empresário e Sozza. **Diário do Grande ABC**, 21 nov. 1999. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/156767/mp-vai-investigar-ligacao-entre-empresario-e-sozza>. Acesso em: 18 mar. 2025.

NOVELLINO, M. S. F.; OLIVEIRA, L. A. V. de. Territórios-rede do Crime Organizado no Rio de Janeiro. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano, 8, 2019. **Anais do evento**. Natal: ANPUR, p. 1-23, 2019.

P2 e inteligências da 166ª DP prendem assassino de jovem no Parque Mambucaba. **A Cidade**, Angra dos Reis, 20 nov. 2024d. Disponível em: <https://acidade.com.br/p2-e-inteligencia-da-166a-dp-prendem-assassino-de-jovem-no-parque-mambucaba/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

PM remove câmeras do tráfico usadas para vigiar policiais em Angra. **Diário do Vale**, Volta Redonda, 19 jun. 2025. Disponível em: <https://diariodovale.com.br/policia/pm-remove-cameras-do-trafico-usadas-para-vigiar-policiais-em-angra/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, M.. Fragmentación espacial y social: conceptos y realidades. **Perfiles Latinoamericanos**, v. 9, n. 19, 33-56, 2001.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, M.; PINEDA, R. C.. Buenos Aires: la fragmentación en los intersticios de una sociedad polarizada. **EURE**, v. 34, n. 103, p. 73-92, 2008.

RODRIGUES, F. de J.; FELTRAN, G.; ZAMBON, G. Apresentação: expansão das facções, mutação dos mercados ilegais. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 42, n. 1, p. 11-18, jan.-abr. 2023.

SALGUEIRO, T. B. Cidade Pós-Moderna: espaço fragmentado. **Território**, Ano III, n.º 4, p.39-54, jan.-jun. 1998.



SILVA, L. A. M. da; MENEZES, P. V. (Des)continuidades na experiência de “vida sob cerco” e na “sociabilidade violenta”. **Nov. Est. CEBRAP**, v. 38, n. 3, p. 529-551, 2019.

SOUZA, M. L. de. As drogas e a “Questão Urbana” no Brasil. A Dinâmica Socioespacial nas Cidades Brasileiras Sob a Influência do Tráfico de Tóxicos. *In*: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 419-468.

SOUZA, M. L. de. O Narcotráfico no Rio de Janeiro, sua territorialidade e a dialética entre “ordem” e “desordem”. **Cadernos de Geociências**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 161-172, 1995.

SOUZA, M. L. de. Tráfico de drogas e fragmentação do tecido sociopolítico-espacial no Rio de Janeiro. *In*: Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 22, Caxambu/MG. **Anais do evento**. São Paulo: ANPOCS, p.1-16, 1998.

SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B. Fragmentação Socioespacial. **Mercator**, v. 19, 2020.

SPOSITO, M. E. B. Fragmentación socioespacial y urbanización contemporánea. **Estudios Socioterritoriales**, Buenos Aires, v. 35, p. 9-32, 2024.

SPOSITO, M. E. B.. Segregação Socioespacial e Centralidade Urbana. *In*: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). **A Cidade Contemporânea: Segregação Socioespacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 61-93.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. **Espaços Fechados e Cidades: Insegurança Urbana e Fragmentação Socioespacial**. São Paulo: UNESP, 2013.

TCP teria voltado a domina a Lambicada. A Cidade, Angra dos Reis, 01 nov. 2022. Disponível em: <https://acidadecostaverde.com.br/2022/11/tcp-teria-voltado-a-dominar-a-lambicada/>. Acesso em: 14 jan. 2023.

TRAFICANTE fica ferido em tiroteio com a Civil no Morro do Santo Antônio. **A Cidade**, Angra dos Reis, 02 mai. 2025. Disponível em: <https://acidade.com.br/2025/04/traficante-fica-ferido-em-tiroteio-com-a-civil-no-morro-do-santo-antonio/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

TRAFICANTES de Angra reforçam guerra de facções em Votla Redonda. **A Cidade**, Angra dos Reis, 26 mar. 2024a. Disponível em: <https://acidade.com.br/2024/03/traficantes-de-angra-reforcam-guerra-de-faccoes-em-volta-redonda/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

TRAFICANTES vinham de ao menos seis comunidades para treinamentos de guerra no Complexo da Maré, diz polícia. **Extra**, Rio de Janeiro, 25 set. 2023. Disponível em: <https://extra.com/traficantes-vinham-de-ao-menos-seis-comunidades>. Acesso: 15 mai. 2024.

TRÁFICO tenta impor seu candidato na Caixa D'Água. **A Cidade**, Angra dos Reis, 5 mai. 2024b. Disponível em: <https://acidadecostaverde.com.br/2024/04/trafico-tenta-impor-seu-candidato-na-caixa-dagua/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

ZALUAR, A. Sociability in crime: culture, form of life or ethos?. Translated from the Portuguese by David Rodgers. **Vibrant**, Brasília-DF, v. 11, n. 2, p. 12-46, 2014.

ZALUAR, A. Teleguiados e Chefes: Juventude e Crime. **Religião e Sociedade**, v. 15, 1990.